

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL,
NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL**

DOCUMENTO APRESENTADO À UNESCO PARA A CONFERÊNCIA
REGIONAL PREPARATÓRIA DA V CONFERÊNCIA INTERNACIONAL
DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS

1996-1997

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil - 1996

– No Contexto da Educação Fundamental –

Introdução

O Ministério da Educação e do Desporto, em atenção à solicitação da UNESCO, sediará a Conferência Regional Preparatória da V Conferência Internacional de Educação de Adultos. Antecedendo a esta Conferência Regional da América Latina e do Caribe foram realizados pelo MEC encontros preparatórios estaduais, regionais e nacional, que reuniram representantes de universidades, secretarias de educação municipais e estaduais, sindicatos, organizações não-governamentais (ONGs) e entidades privadas. Nesses encontros foram eleitos delegados para participar dos encontros regionais, nos quais foram compatibilizados os documentos estaduais como subsídio ao Seminário Nacional. As discussões do Seminário Nacional, por sua vez, ofereceram subsídios para a consolidação dos encaminhamentos que dizem respeito, não apenas ao papel do Estado, mas caracterizam, sobretudo, um compromisso social da nação brasileira.

Estas reuniões tiveram o objetivo de caracterizar a realidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no País e subsidiar a elaboração deste documento, com os compromissos e perspectivas de ação para os próximos anos, a ser apresentado na Conferência Regional da América Latina e Caribe, com vistas à V Conferência Internacional de Educação de Adultos, em Hamburgo, Alemanha, em 1997.

Contexto

Vivemos uma época marcada por aceleradas transformações nos processos econômicos, culturais e políticos, que determinam novas exigências para que os indivíduos possam partilhar das riquezas e conhecimentos socialmente produzidos, exercendo plenamente sua cidadania e inserindo-se no mundo do trabalho.

A própria complexidade da vida social, assim como o acúmulo de informações veiculadas pela mídia, o enfraquecimento dos laços familiares e da vida comunitária sobrecarregam a

escola com novas responsabilidades, que ultrapassam, em muito, seu papel tradicional de garantir o domínio de algumas competências básicas (ler, escrever e contar), a aquisição de um corpo de conhecimentos bem delimitado e definido e uma identificação efetiva com o Estado Nacional, apresentado como pátria comum.

Neste novo contexto, cabe à escola assegurar o desenvolvimento da sociabilidade, a formação para a participação democrática e crítica na vida política, a capacidade de relacionar e organizar informações, a preparação para um mercado de trabalho cada vez mais exigente, o acesso a bens culturais cada vez mais abundantes e o que se costuma caracterizar como capacidade para continuar aprendendo e reformulando o que foi aprendido.

No caso dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento da América Latina, entre os quais encontra-se o Brasil, a situação é realmente desafiadora, pois não se trata apenas de modificar uma escola tradicional e de oferecer uma formação mais ampla e mais completa a crianças provenientes de famílias possuidoras de uma longa tradição de frequência à escola. Trata-se de criar instituições capazes de incorporar ao processo educativo crianças, cujas famílias não possuem uma tradição de escolarização e, isso deve ser feito dispondo de recursos muito escassos e sem que se possa contar com um corpo de professores suficientemente qualificado. Ao mesmo tempo, há que se ampliar, aceleradamente, o sistema educacional em virtude quer das altas taxas de crescimento populacional, quer da extensão do número de anos da escolaridade obrigatória, quer de ambos.

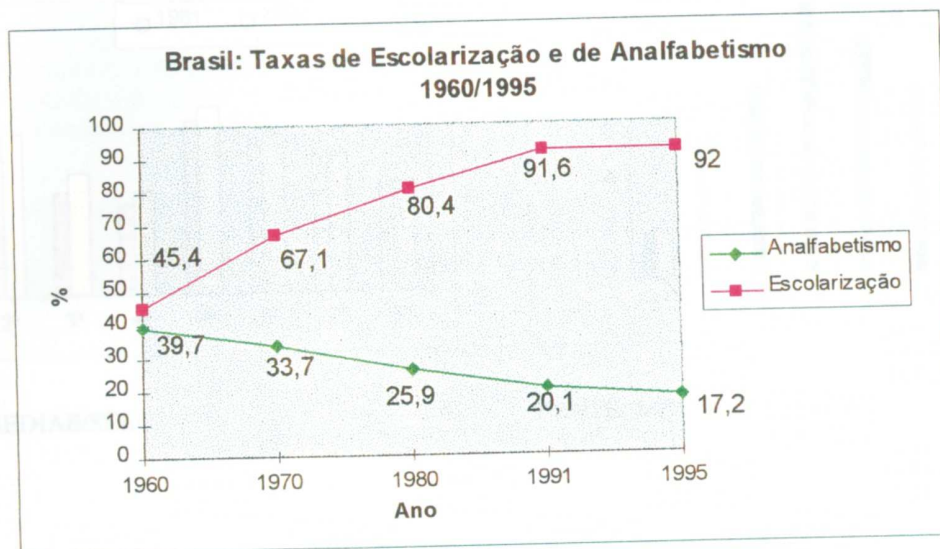
Finalmente, há ainda o desafio que é tema desta reunião: recuperar, para os jovens e adultos que ficaram à margem do processo educativo, a oferta de uma formação que lhes garanta condições mínimas de ingresso e competição no mercado de trabalho.

Estes problemas e estes desafios estão muito presentes no Brasil.

Nossa história educacional recente demonstra que o esforço nacional para universalizar o acesso ao ensino fundamental obrigatório tem sido bem recebido no sentido de diminuir substancialmente os índices de analfabetismo no País.

A análise da evolução das taxas de escolarização da população de 7 a 14 anos, conforme pode ser observado no gráfico 1, revela progressos significativos. Se em 1960 apenas 45,4% das crianças nesta faixa etária estavam freqüentando a escola, o percentual, em 1995, era de 92%. No mesmo período, a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais declinou de 39,7% para 17,2%.

GRÁFICO 1



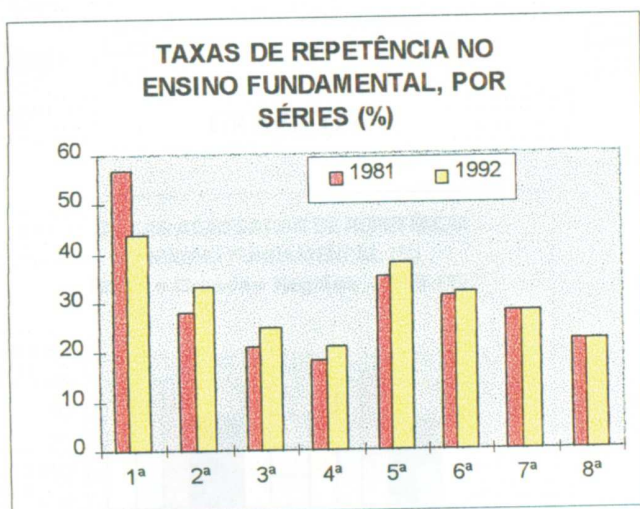
FONTE: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio - PNAD/96.

Entretanto, como a expansão do acesso à escola não se fez acompanhar de uma melhoria significativa das condições de ensino, de forma a assegurar a permanência dos alunos até o final do processo e, como as exigências mínimas se ampliaram, promovendo a extensão da educação obrigatória de 4 para 8 anos, o *déficit* escolar em termos de formação adequada se ampliou entre os jovens e adultos.

Desta forma, apesar da melhoria geral dos indicadores educacionais no que diz respeito ao acesso e aos anos de permanência na escola, isto não diminuiu a necessidade de oferecer formação supletiva ou complementar para milhares de jovens e adultos cuja formação, embora melhor que a de seus pais, é inadequada em face das novas exigências do mercado de trabalho e da sociedade.

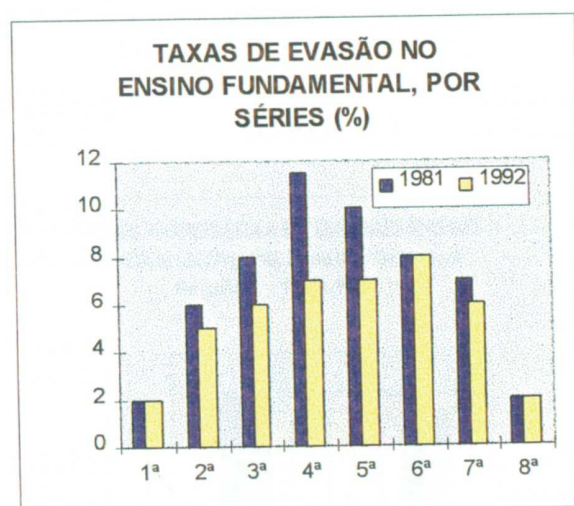
Uma das importantes fontes de geração de demanda de Educação de Jovens e Adultos reside no insucesso apontado nos índices de repetência (gráfico 2) e evasão (gráfico 3) verificados no ensino fundamental regular.

GRÁFICO 2



FONTE: MEC/SEDIAE/SEEC

GRÁFICO 3



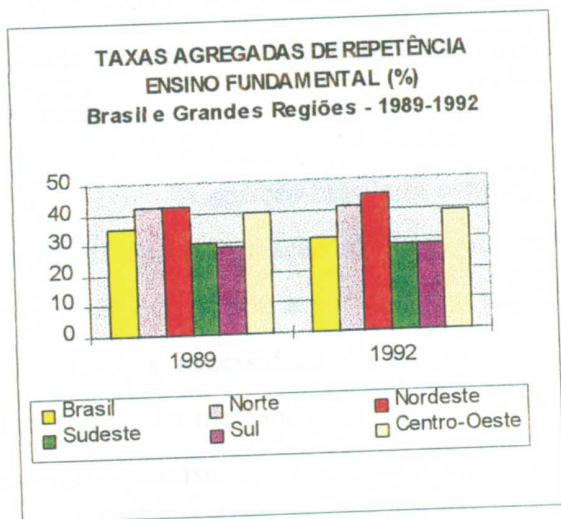
FONTE: MEC/SEDIAE/SEEC

A análise dos gráficos indica que as taxas de repetência declinaram na 1ª série, mantiveram-se estáveis na 7ª e 8ª e aumentaram nas demais. Quanto aos índices de evasão, mostraram-se estabilizadas, em níveis baixos, no que se refere a 1ª e 8ª séries e decresceram nas outras. Ainda que se tome as alterações positivas dos dados, os valores permanecem inaceitáveis.

Caracterizando o processo educativo brasileiro, o Relatório Nacional do Brasil/MEC de junho de 1996 analisa: “Estudos indicam que a repetência constitui um dos problemas mais graves do quadro educacional do País, uma vez que os alunos passam em média 5 anos na escola, antes de se evadirem, e levam cerca de 11,2 anos para concluir as 8 séries de escolaridade obrigatória. Isso mostra que a sociedade brasileira valoriza a educação como requisito fundamental de integração social e inserção no mundo do trabalho” (p. 22). Ao lado disso, outros estudos mostram que parte dos alunos termina por desistir da escola, em razão de sucessivas repetências ou impelida pela necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho.

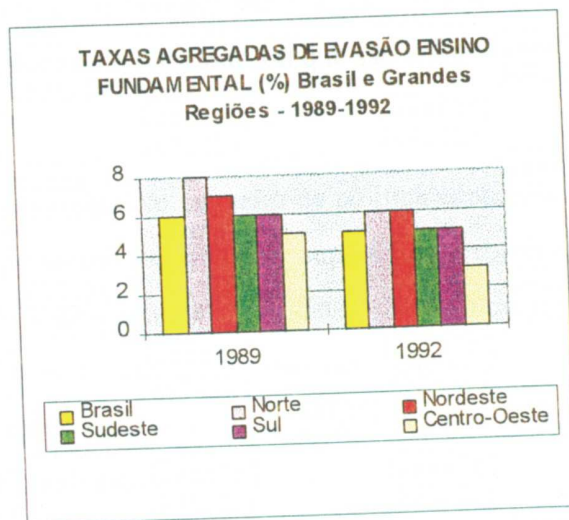
Considerando a dimensão territorial e as especificidades regionais brasileiras, que comportam uma heterogeneidade geradora de incontestável pluralidade cultural, é necessário que o quadro da educação nacional seja focado, também, à luz das diferenças regionais. Assim, os gráficos 4 e 5, apresentados a seguir, permitem identificar aproximações e distanciamentos das regiões, tomando como referencial as médias nacionais.

GRÁFICO 4



FONTE: MEC/SEDIAE/SEEC

GRÁFICO 5



FONTE: MEC/SEDIAE/SEEC

Diante do princípio da equalização, estes dados tornam-se essenciais à definição de políticas públicas compatíveis com as diferentes necessidades educacionais e exequíveis frente à autonomia dos sistemas de ensino estaduais e municipais.

A evolução do sistema educativo e das exigências sociais vem provocando, no Brasil, uma profunda modificação dos programas dirigidos aos jovens e adultos.

Durante as décadas de 50, 60 e 70, o esforço governamental e de organizações sociais se concentrou, basicamente, no combate ao analfabetismo. Foi a época das grandes campanhas de alfabetização, cujos resultados ficaram certamente aquém das expectativas e do esforço despendido. O declínio do analfabetismo, que ocorreu no período, se deveu muito mais à progressiva universalização do acesso à escola do que às campanhas de alfabetização.

A compreensão da EJA, assim como a demanda por programas deste tipo, vem se alterando rapidamente.

Constata-se que a demanda por EJA parte hoje de um público cada vez mais heterogêneo, tanto no que diz respeito à idade quanto às expectativas. Não se trata apenas do adulto

que quer se alfabetizar, mas também de jovens que não tiveram acesso ou não lograram completar o ensino fundamental e iniciam ou reiniciam os estudos. As expectativas se ampliaram no sentido de completar as exigências do ensino fundamental ou mesmo do ensino médio, inclusive com a perspectiva de ingressar na universidade. Há uma aspiração de escolarização adiantada para ascender social e profissionalmente. Além do mais, a procura não se dá apenas por parte de adultos e jovens já inseridos no mercado de trabalho, mas dos que ainda esperam nele ingressar, ou que são atingidos pelo desemprego.

A posição brasileira continua a ser a de que o objetivo primeiro da política educacional é o de oferecer a formação adequada, na idade própria, no ensino fundamental, superando a repetência e a evasão e elevando a porcentagem de concluintes do ensino fundamental. Esta política eliminará, em muito, a necessidade de prover EJA, a não ser como educação continuada, cada vez mais necessária num mercado de trabalho em transformação, que coloca exigências crescentes em termos de escolarização. Isto é, o equacionamento do problema do analfabetismo e de escolarização insuficiente da população jovem e adulta passa, necessariamente, pela ampliação da oferta de ensino regular e pela melhoria de sua qualidade, de forma a atender, plenamente, às necessidades de escolarização das crianças e jovens na idade adequada. Trata-se, portanto, de afirmar a prioridade da ação preventiva.

Ainda que concentre seus esforços no fortalecimento da educação básica regular, o Brasil vem também se empenhando em conceber e implantar estratégias para recuperar as vítimas do *déficit* escolar passado e presente.

Educação de jovens e adultos: demanda e atendimento

Para se avaliar o desempenho do Brasil no enfrentamento desta tarefa, é necessário levar em consideração a complexidade adicional para a política de educação, que decorre da enorme extensão do País, de sua organização federativa e da autonomia dos estados e municípios.

Na organização do sistema educativo brasileiro, a responsabilidade pela EJA cabe, prioritariamente, aos Estados, os quais dividem com os municípios o encargo da oferta do ensino obrigatório de 8 séries e, se encarregam do ensino médio regular e profissionalizante. Os municípios vêm assumindo uma participação crescente na promoção de EJA, especialmente nas capitais e cidades de maior porte, sendo relevante o número de projetos que realizam experiências pedagógicas

inovadoras, institucionalizados nessa instância. A maior parte das iniciativas municipais incide, porém, sobre o primeiro segmento do ensino fundamental (1ª a 4ª séries).

O papel do Governo Federal reside, basicamente, na oferta de financiamentos e assistência técnica dirigidos, prioritariamente, às regiões mais pobres do País. É impossível, portanto, pensar numa ação unificada em todo o território nacional, obedecendo aos mesmos parâmetros e às mesmas orientações. A própria autonomia dos Estados impede uma ação deste tipo.

Entretanto, a EJA não se restringe a ações governamentais. Atuam, também, entidades ligadas a sindicatos patronais e de trabalhadores, igrejas, empresas, organizações não-governamentais e universidades. As iniciativas das organizações não-governamentais incidem, especialmente, sobre o campo da alfabetização inicial e pós-alfabetização. Esta atuação, que tem crescido nos últimos anos, constitui um indicador muito positivo do envolvimento da sociedade civil na solução dos problemas educacionais.

Recentemente vêm se multiplicando em todo o País experiências de EJA, que resultam de parcerias entre essas instituições e os órgãos governamentais.

O estabelecimento dessas parcerias tem favorecido a ampliação e diversificação das ações que, desta forma, se tornam mais eficazes à medida em que buscam atender à diversidade das demandas educativas inerentes aos diferentes grupos sociais que necessitam escolarizar-se. Desta forma muitos dos programas de educação básica para jovens e adultos são dirigidos a um alunado específico, como, por exemplo, seringueiros, ribeirinhos, detentos, trabalhadores da construção civil, trabalhadores rurais, mulheres, indígenas, menores infratores, menores trabalhadores, meninos de rua.

No que se refere ainda à forma do atendimento, verifica-se a presença de cursos supletivos de ensino fundamental e médio, presenciais ou semipresenciais, com métodos de instrução presencial ou a distância, centros de ensino supletivo, cursos de educação e qualificação profissionais; estes cursos preparam para exames supletivos de educação geral de ensino fundamental e médio e de suplência profissionalizante de ensino médio.

Ainda que sejam numerosos os programas e variadas as formas de atendimento, muitas das quais com características inovadoras, a oferta de EJA é reduzida em face das necessidades socialmente colocadas num país de dimensões continentais e ampla diversidade cultural. Também a sua abrangência é muito desigual de uma região para outra do País. Ante tal situação há o desafio de

mapear e socializar as experiências em andamento para que, pela divulgação, se possa promover a ampliação da oferta e a melhoria do atendimento.

Atuação do Ministério da Educação e do Desporto

O governo federal vem se empenhando em promover a superação da repetência e da evasão, elevando a percentagem de concluintes do ensino fundamental, de modo a reduzir, nos próximos anos, o número de jovens que procura ser atendido por programas especiais de EJA.

Há várias ações em curso no sentido de atingir este objetivo.

A primeira delas consiste na elaboração de novos parâmetros curriculares nacionais que procuram promover a adequação do ensino à nova realidade social e educativa. Os parâmetros devem subsidiar as ações dos estados e municípios no sentido de reverem seus currículos, auxiliá-los na reformulação da formação inicial e continuada dos professores, assim como promover a avaliação do livro didático para a melhoria da sua qualidade.

Encontra-se em fase final de apreciação, no Congresso Nacional, o projeto de lei nº 2.380, que introduz um critério estritamente educacional na alocação de recursos fiscais destinados, constitucionalmente, à educação. Por este instrumento legal, fica criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.

Os recursos deste Fundo serão aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público e distribuídos no âmbito de cada unidade da federação, entre os governos estaduais e municipais, na proporção do número de alunos matriculados da 1ª a 8ª séries do ensino regular e dos jovens e adultos matriculados nos cursos de suplência. Cada Fundo assegurará um investimento mínimo, por aluno/ano, fixado pelo governo federal. Se os mecanismos do Fundo não forem suficientes para atingir o percentual mínimo, a União fornecerá os adicionais. Essa redistribuição de recursos permitirá, a cada unidade da federação brasileira, promover ações que respondam às necessidades específicas dos seus sistemas de ensino, bem como dar remuneração mais condigna aos seus professores do ensino fundamental. Para isso, no mínimo 60% dos recursos do Fundo serão destinados ao salário do magistério, que terão aumentos significativos nas regiões mais pobres do País.

Na área de EJA, que tem como objetivo minimizar os efeitos decorrentes dos processos de exclusão do ensino fundamental e romper com problemas historicamente acumulados, o MEC vem fomentando o estabelecimento e o fortalecimento de parcerias com outros setores da esfera pública e da sociedade civil, bem como estimulando o desenvolvimento de ações descentralizadas, às quais oferece cooperação técnica, apoio material e realiza avaliações periódicas sobre seus resultados. Colocando-se numa linha de respostas específicas e configurando ações próprias da EJA, este Ministério vem implementando programas que buscam atender ao alunado em tempo e locais convenientes, inclusive no ambiente de trabalho.

A iniciativa mais importante reside no Programa Educação para a Qualidade do Trabalho, que atua em parceria com organizações governamentais e não-governamentais e especialmente com o setor empresarial. Tendo realizado um levantamento sobre a produção existente de material didático-pedagógico, coloca à disposição dos interessados em implantar ou incrementar ações de alfabetização de jovens e adultos, materiais que, após análise qualitativa, podem configurar-se em instrumental de apoio técnico, uma vez que foram utilizados em experiências bem sucedidas, o que os torna recomendáveis. Para valorizar as iniciativas já existentes, este Programa instituiu, em parceria com a Fundação Odebrecht, UNICEF e Instituto Brasileiro de Estudos de Apoio Comunitário - IBEAC, o Prêmio Educação para a Qualidade do Trabalho, que promove o reconhecimento e a socialização dos serviços prestados na busca de eliminação do analfabetismo e ampliação da escolarização. Em sua primeira edição, contou com a participação de 108 concorrentes que inscreveram trabalhos apresentando experiências concretas de educação fundamental para jovens e adultos, com a definição da fundamentação teórica utilizada, o relato das ações desenvolvidas e os resultados já alcançados.

Por meio de abertura de financiamento, dirigida ao Programa de Fomento à Extensão Universitária - PROEXTE -, o MEC, em ação conjunta entre suas Secretarias, a de Ensino Superior e a de Educação Fundamental, promove, nas Universidades brasileiras, a atenção à Educação de Jovens e Adultos, destacando uma linha destinada à formação inicial e continuada de professores de EJA e produção de material didático para esta área. Ressalta-se o teor articulador desta ação, na medida em que vincula a aprovação dos programas ao estabelecimento de parcerias entre a universidade e os sistemas de ensino, de forma a aperfeiçoar a aproximação entre as possibilidades do serviço de extensão acadêmico e as necessidades reais das redes de ensino.

Alinhando-se a uma iniciativa do governo brasileiro, que envolve uma articulação unindo cinco parceiros: o MEC, o Conselho da Comunidade Solidária, empresas, universidades e

prefeituras, o Programa Alfabetização Solidária, que se estrutura na forma de projeto piloto, com previsão de ampliação e tendo, para tanto, como facilitadoras, suas características de baixo custo e gestão simplificada. Inicia-se nos 32 municípios brasileiros que apresentam o maior índice de analfabetismo, divide seu custeio com empresas, seleciona e oferece material didático através da SEF/MEC, e atribui às universidades o papel de capacitar monitores/professores.

No que se refere ao repasse de recursos provenientes do salário educação para as organizações não-governamentais e para as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, o Ministério estabelece critérios que priorizam o financiamento e apoio técnico a projetos que atendam às seguintes linhas de ação:

- quanto à demanda de EJA - ampliar a oferta de educação básica e propor à escola redimensionar seu atendimento, encontrando modos diversificados que possam ir ao encontro da superação dos limites impostos pelas condições de vida da população trabalhadora;
- quanto à gestão democrática - criar espaços públicos e canais apropriados à contínua participação da sociedade civil e organizada, viabilizando a formulação, acompanhamento e avaliação das políticas;
- quanto à qualidade, currículo e metodologia - apoiar experiências voltadas para a consecução de uma educação de qualidade que torne o jovem e o adulto construtores de conhecimentos e estimular a elaboração e implantação de currículos e metodologias próprios para EJA;
- quanto aos materiais didáticos - estimular a produção e circulação de material de leitura e ampliar por multimeios a elaboração, produção, distribuição e avaliação de materiais próprios para EJA;
- quanto à avaliação de programas, documentação e pesquisa - acompanhar, avaliar e divulgar resultados de ações e experiências pedagógicas de educação básica de jovens e adultos e difundir propostas pedagógicas para EJA.

O MEC, no conjunto de ações de apoio à educação de jovens e adultos, publica, socializa e recomenda uma Proposta Curricular de EJA, elaborada pela Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação/SP, organização não-governamental voltada para esta área. O objetivo é o de promover a melhoria do ensino de EJA, por meio da oferta de referenciais, que pressupõem sua adequação às peculiaridades locais, favorecendo a revisão dos conteúdos, da elaboração de material didático e da

capacitação docente, apoiando a elaboração e reestruturação das propostas curriculares das secretarias estaduais e municipais.

Outros programas da mesma natureza devem ser implementados, sempre pautados nestas premissas básicas adotadas pelo MEC.

O Ministério da Educação instituiu, sob a coordenação da Secretaria de Educação Fundamental, a Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos, com a finalidade de fazer convergir a formulação e implantação de políticas públicas para a educação de jovens e adultos para os legítimos interesses e necessidades nacionais. Compõem a referida Comissão as seguintes entidades: CONSED - Conselho dos Secretários Estaduais de Educação; UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; ABONG - Assessoria Brasileira de Organizações Não-governamentais; MEB - Movimento de Educação de Base; CMB - Confederação das Mulheres do Brasil; CGT - Central Única dos Trabalhadores; ANCA - Associação Nacional de Cooperação Agrícola; APEART - Associação Projeto Educação Assalariado Rural; SESI - Serviço Social da Indústria; SIDUSCON - Sindicato da Indústria da Construção Civil; IPF - Instituto Paulo Freire; Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação/SP; IBEAC - Instituto Brasileiro de Estudo e Apoio Comunitário; RAAAB - Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora no Brasil; CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras; PNBE - Pensamento Nacional de Bases Empresariais.

Recomendações/Encaminhamentos

Ao propor uma mobilização nacional para a eliminação do analfabetismo e universalização da escolaridade, o MEC reafirma seu papel de articulador da política nacional de Educação de Jovens e Adultos, apoiando equitativamente a operacionalização das ações para a área nos estados e municípios.

Assim, orientado pelos princípios de integração, autonomia, qualidade, equidade, flexibilidade e pluralidade, a posição do Brasil pode ser resumida nos seguintes pontos:

1. A EJA deve ser vista como uma política de Estado, inserida nas políticas de educação básica, a qual é condição fundamental para sua consolidação e qualidade e garantia de execução das metas propostas.

2. A EJA insere-se como uma alavanca necessária, mas não suficiente, para a construção da cidadania dos povos latino-americanos. Deve acompanhar outras políticas de caráter econômico/social de fundamental importância para a melhoria da qualidade de vida destes povos. Exemplo de tais políticas são aquelas geradoras de emprego e de melhoria das condições de vida, tais como políticas de saúde, habitação, etc.
3. A continuidade e ampliação das políticas públicas de EJA dependem de mecanismos que garantam uma participação eficaz da sociedade civil, por intermédio de organizações não-governamentais, que associe os esforços de empresários, sindicatos, organizações familiares e de outros atores sociais.
4. A EJA deve ter como princípios:
 - 4.1 - Sua inserção num modelo educacional inovador e de qualidade, orientado para a formação de cidadãos democráticos, sujeitos de sua ação, tendo como condição a organização de um Sistema da Educação Básica, onde possam estar presentes as diferentes dimensões da EJA - alfabetização em espaços escolares e não-escolares; escolarização voltada para a continuidade da Educação Básica, para a educação continuada, destinada a criar a oportunidade de complementação, atualização, ampliação de conhecimentos básicos, valendo-se de educadores que tenham a formação permanente como respaldo da qualidade de sua atuação.
 - 4.2 - Currículo variado, que respeite a diversidade de etnias, das manifestações regionais e da cultura popular, cujo o conhecimento seja concebido como uma construção social fundada na interação entre a teoria e a prática e o processo de ensino-aprendizagem como uma relação predominantemente de troca de saberes.
 - 4.3 - A EJA deve abordar os conteúdos básicos numa perspectiva de educação cidadã e de forma interdisciplinar.
 - 4.4 - A articulação da EJA à formação profissional, no atual estágio de desenvolvimento da globalização da economia, marcada por paradigma de organização do trabalho, não pode ser vista de forma instrumental, mas exige um modelo educacional voltado para a formação do cidadão e do ser humano em todas as suas dimensões.
 - 4.5 - As modernas tecnologias de comunicação existentes devem ser colocadas à disposição da melhoria da atuação dos educadores, ampliando e consolidando as ações de EJA.

4.6 - A gestão democrática deve permear as políticas, instituições e programas de EJA, contemplando a institucionalização de Conselhos e outras formas de participação de organismos da sociedade civil na definição das diretrizes político-pedagógicas, no acompanhamento e avaliação das ações em andamento, bem como na definição de alocação de recursos públicos e da fiscalização de sua aplicação.

O Governo Brasileiro propõe mobilizar todos os esforços na consecução de uma Educação Fundamental de qualidade para crianças de 7 a 14 anos, em caráter preventivo e, simultaneamente, para jovens e adultos, em caráter corretivo, visando a plena participação dos indivíduos na vida econômica, social e cultural do País.

No que tange ao papel de organizações internacionais, o Governo Brasileiro espera que a UNESCO:

- inclua, em seus programas de ação, linhas de apoio à formação permanente dos educadores, à formação de um banco de dados e à efetivação de pesquisas ligadas à EJA;
- coordenada pelo seu escritório regional, crie um fórum permanente de discussão, que conte com representações de diferentes países presentes na Conferência Regional Latino-americana e que façam avaliações permanentes dos resultados dos encaminhamentos.

ovens.doc 04.12.96